

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****CÂMARA MUNICIPAL****ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2020**

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, reuniu ordinariamente no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Câmara Municipal de São Pedro do Sul, sob a presidência do Sr. Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal e com a presença dos Srs. Vereadores Dr. Daniel David Gomes Martins, Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço, Dr.^a Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Dr. José Manuel da Silva Tavares e Eng.^o Nuno Filipe Miranda Henriques de Almeida. Faltou à presente reunião o Sr. Vereador Dr. Francisco José de Matos, por motivo de férias. -----

ABERTURA

Verificada a existência de quórum foi declarada aberta a presente reunião, quando eram 14 horas, passando a Câmara Municipal a ocupar-se dos seguintes assuntos: -----

TOMADA DE POSSE DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA: Estando presentes os elementos que não puderam comparecer nas tomadas de posse anteriores, foi efetuada a tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança, da qual se lavrou a ata que fica a constituir o Anexo I da presente ata, dela ficando a fazer parte integrante. -----

AUDIÇÃO DO PÚBLICO: Não esteve qualquer público presente. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: Assistiram-se neste período às seguintes intervenções: Sr. Vereador Dr. Daniel David Gomes Martins: “O senhor presidente da Câmara Municipal tem problemas com a lei, concretamente com a sua interpretação e aplicação e, pelos vistos, o problema é extensível aos membros da sua família, concretamente ao seu primo, administrador da Termalístur. Vamos ao primeiro conjunto de factos: A Câmara Municipal de São Pedro do Sul, por deliberação de 8 de abril de 2014, decidiu pôr fim ao contrato de prestação de serviço que os médicos Aires Leal, Virgílio Ruas e Helena Sousa com efeitos a partir de 1 de maio, ou seja, com menos do que um mês de antecedência. Isto apesar do Dr. Aires Leal ter iniciado funções como médico nas Termas de São Pedro do Sul em 1989, a Dra. Helena Sousa o ter feito em 1996 e o Dr. Virgílio Ruas o ter feito em 1993. Em suma, pessoas que trabalhavam há 25, 21 e 18 anos viram-se postas na rua com menos de um mês de antecedência. Apenas porque sim, pois que não foi sequer invocada nenhuma justa causa. Como consequência desta atitude, que espanta qualquer cidadão médio porque desproporcional, desmedida e irrefletida, o Município de São Pedro do Sul e a Termalístur foram condenados a pagar aos três médicos quase 70.000,00 €. Como se tudo não bastasse, o Município recorreu, não uma, não duas, mas três vezes, até não mais poder recorrer, o que aumentará ainda mais aquele valor com custas e honorários de advogados. Pergunta-se agora: Quem vai pagar os 70.000,00 € que o Município e a Termalístur vão ter de despendar devido ao comportamento ilegal que ambas as instituições praticaram? Vão ser exigidas estas responsabilidades a alguém ou vão aumentar mais uma vez o salário do administrador da

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****CÂMARA MUNICIPAL**

Termalistir para ele se motivar de novo? Quem vai pagar os honorários dos advogados contratados pelo Município e pela Termalistur? Em quanto importam tais honorários, em relação ao que se requer informação sobre o valor concreto, seja da parte do município, seja da parte da Termalistur? Quem vai pagar as despesas do processo? Em quanto importam as despesas do processo, em relação ao que se requer informação sobre o valor concreto, seja da parte do município, seja da parte da Termalistur? É ou não é verdade que, malgrado todas estas condenações, o Município e a Termalistur não dispunham da quantia para pagar o valor em que foram condenados e que, por isso, tiveram de pagar em prestações, o que está neste momento a suceder? Qual o motivo para esta falta de dinheiro? Antecipando a habitual fuga para frente por parte do senhor Presidente, sempre apostado em atirar areia para os olhos dos sampedrenses, e antes que venha tentar defender o indefensável, dizendo que foi bom negócio para o Município e para a Termalistur, gostaria de deixar aqui bem claro duas coisas que, porventura, os sampedrenses não saberão: 1.Todos os custos administrativos relativos às consultas médicas eram suportados pelos próprios médicos e não pela Termalistur ou pelo Município – o salário de duas funcionárias de apoio à marcação de consultas e atendimento dos utentes e os respetivos encargos; 2.O salário dos médicos era pago pelos próprios utentes, ou seja, a Termalistur e o Município não pagavam um cêntimo; E neste momento, senhor Presidente? É ou não é verdade que os custos com os funcionários afetos às consultas médicas passaram a ser suportados pela Termalistur, deixando de estar a cargo dos médicos? É ou não é verdade que agora o salário do diretor clínico passou a ser pago pela Termalistur, deixando de ser pago pelos próprios aquistas, como sucedida no tempo do Dr. Aires Leal? Vamos ao segundo conjunto de factos: A mesma Termalistur abriu recentemente o concurso para dois cargos: diretor comercial e diretor administrativo. Tais procedimentos seguiram os seus termos definidos na lei, tendo inclusive sido contratada uma empresa externa – GOEP - para efetuar as entrevistas e elaborar a lista final dos candidatos. Estranhamente, depois das ditas listas serem conhecidas, a Termalistur, invocando que tinha contratado uma outra empresa para definir o futuro da empresa municipal – a KPMG – decidiu anular os concursos em causa. Em face do exposto questiona-se onde está a gestão deste conselho de administração, que gasta dinheiro com uma empresa para levar a cabo dois concursos e depois os anula, contratando uma outra empresa para ajuizar sobre o futuro da empresa. Estes factos evidenciam uma gestão à vista, sem rumo, sem estratégia e com uma absoluta incompetência para definir onde estamos e para onde queremos ir. Tanta incompetência que até têm de contratar empresas externas para apontarem o caminho do futuro! Quanto custaram os dois contratos com estas duas empresas, a dita GOEP e a KPMG? Vão ser pedidas responsabilidades ao Conselho de Administração que anda a brincar aos concursos públicos e à sua anulação? O terceiro conjunto de factos prende-se ainda com a vergonha ocorrida no final de 2019 e a falta de pagamento de salários dentro dos prazos legais aos trabalhadores da Termalistur. E quanto a esta situação, o que pretendo é que me seja enviada uma lista nominativa de todos os trabalhadores e a data de pagamento dos seus salários, desde já esclarecendo que a mesma se destina a instruir eventualmente uma participação às autoridades competentes. Por fim, quanto às obras que decorrem ainda e sempre em Fermontelos, solicito me sejam entregues os seguintes documentos: Proposta do concorrente a quem foi adjudicada a obra; Contrato; Autos de medição; Prorrogações concedidas e respetivas justificações.” Em

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****CÂMARA MUNICIPAL**

resposta, o Sr. Presidente da Câmara Municipal afirmou que não foi a câmara municipal que pôs fim à relação contratual, foram os senhores médicos que quiseram desistir dessa relação contratual que poderia existir ou não, pois foram eles que não quiseram pagar uma determinada importância que nós entendíamos que deveriam pagar de aluguer e quando se disse que implicava um custo de setenta mil euros para o município, lembrava que esse custo de setenta mil euros já teve um retorno superior a quatrocentos e setenta mil, de forma que o município quase que já ganhou meio milhão de euros com esta tomada de posição. Depois quando se falou em parentesco, afirmou que o Dr. Vítor Leal já estava antes dele na câmara municipal e tinha feito um trabalho na Termalístur que é reconhecido ao ponto de ele ser hoje o presidente das Termas de Portugal, ou seja, ser o representante de todas as termas a nível nacional. Mais, quando falou em ordenado principesco, o Dr. Vítor Leal será a pessoa mais mal paga de todas as que estão a gerir as termas a nível nacional. No que diz respeito à questão da data de pagamento dos salários, considerou que os ordenados podem ser pagos até ao dia oito do mês seguinte, houve realmente um atraso, importando realçar que as termas passaram a ser comparticipadas e o estado também demorava a fazer os pagamentos das comparticipações. Seja como for, é importante que toda a gente saiba que as termas de São Pedro do Sul estão muito bem a nível nacional, São Pedro do Sul continua a ter as primeiras termas do país, o número de clientes totais aumentou dezassete por cento, temos mais três mil clientes e quanto ao termalismo terapêutico, São Pedro do Sul tem trinta e dois por cento da quota de mercado a nível nacional, com mais quinhentos e nove clientes e no que diz respeito a termalismo de bem-estar subimos cinquenta e quatro por cento, ou seja, mais dois mil e quinhentos clientes. Se falarmos a nível de importâncias, então aí estamos no pico, nós recebemos muito mais do que todas as outras termas. Interveio também o Sr. Vereador Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço referindo o seguinte: relativamente às questões do corpo clínico e fazendo um bocadinho de história, lembrou que quando era vereador da oposição, foi debatida em reunião de câmara a destituição quer do diretor clínico quer do restante corpo clínico, já não tendo bem presente se o assunto foi retirado porque não havia um número suficiente de vereadores para a fazer aprovar, tendo o PSD essa posição ambígua, que ainda hoje continua sem perceber qual é, se continuavam de acordo que o corpo clínico continuasse na Termalístur a usufruir de instalações, com eletricidade paga pela empresa, com água, com Internet e outros serviços e a totalidade do valor das consultas, sendo caso único, que se saiba, do país. Quando chegaram à câmara municipal, logo no início de 2014, ou mesmo no final de 2013, iniciaram reuniões com onze médicos, e definiram ali um período de seis meses, que era o período correto para se chegar a acordo com todos, acontecendo porém, que desses onze, três não aceitaram, isto é, foram colocadas várias hipóteses em cima da mesa, desde pagar o valor da consulta ou de se poder fazer um contrato de prestação de serviços com eles, tendo-se chegado a acordo com oito, com os quais foi assinado contrato de prestação de serviços com a Termalístur e três não aceitaram, os quais, por iniciativa própria, colocaram um processo em tribunal contra a câmara e contra a Termalístur pedindo um valor de indemnização muito superior ao que foi aqui aplicado. Referiu ainda que ninguém do PSD foi objetivo a tomar posição sobre este assunto e gostaria de ver aqui hoje isso esclarecido, se são a favor de continuar com este sistema ou contra? Realçou ainda que houve esta condenação de setenta mil euros e como disse o senhor presidente, a Termalístur começou este processo em

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****CÂMARA MUNICIPAL**

2014, se esta resolução tivesse sido feita desde logo, a empresa municipal já teria arrecadado mais de um milhão de euros com esta situação, um milhão de euros dava para fazer muita obra no concelho. A questão do pagamento que foi acordado entre as partes e os advogados não foi um problema de tesouraria e a própria decisão do tribunal diz que tem que haver solidariedade entre a Termalístur e a câmara e portanto foi decidido assim e houve acordo entre as partes, nunca ninguém se opôs, sendo que a câmara municipal pagaria ao diretor clínico e os outros dois seria a Termalístur, o que desde logo foi aceite pelas partes. Relativamente à questão da KPMG, não é o futuro da Termalístur que está em causa, mas sim um conjunto de ativos que importa perceber como é que podem ser classificados e em termos da sua reestruturação da dívida. A questão do concurso foi uma opção do conselho de administração em função também deste período de reestruturação, de perceber até que ponto é possível conseguir esta reestruturação financeira, evitando criar expectativas nos concorrentes. Afirmou ainda que a questão dos pagamentos indiscriminados dos vencimentos aconteceu no tempo do PSD e não agora, o que ocorreu foi uma questão pontual de dois ou três dias que foram atrasados dentro do próprio mês que são de lamentar e evitar, mas foram situações que tiveram a ver pontualmente com questões bancárias e acima de tudo com o facto de estarmos com atraso nas participações do Serviço Nacional de Saúde. Em resposta a estas intervenções o Sr. Vereador Dr. Daniel David Gomes Martins, afirmou não ser contra nada, mas sim ser a favor da lei e que se a câmara municipal não tivesse adotado a deliberação que adotou em maio de 2014 para que os contratos fossem rescindidos, não havia pagamento dos setenta mil euros, realçando que se tivesse sido cumprida uma antecedência de quatro meses, não teria sido pago nada, considerando o ocorrido como má gestão e desconhecimento grosseiro da lei. Quanto à condenação solidária, significava que o credor pode exigir indistintamente de um ou outro devedor, não era solidariedade no sentido de amizade, ou seja, qualquer um dos médicos podia exigir a totalidade do seu crédito junto da câmara ou junto da Termalístur. Relativamente à contratação da empresa externa KPMG, a expressão “futuro” não é dele, mas sim da justificação constante da carta a comunicar a anulação dos concursos onde era mencionada a contratação daquela empresa que iria realizar um estudo aprofundado de posicionamento do passado, presente e futuro da Termalístur, o que significava que se ia pagar a uma empresa para gerir a Termalístur. Por último, disse que estas questões e o atraso verificado no pagamento dos salários levava a concluir que algo de grave está a acontecer na Termalístur. -----

DELIBERAÇÃO N.º 74/20 - APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2020: -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião referida em epígrafe, com dispensa da sua leitura, em virtude do texto da mesma haver sido distribuído por todos os membros do Executivo.-----

Nota: Não participou na presente votação o Sr. Vereador Dr. Daniel David Gomes Martins por não ter estado presente na reunião a que respeita a ata ora em aprovação. -----

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****CÂMARA MUNICIPAL****DELIBERAÇÃO N.º 75/20 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA DO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2020: -----**

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a seguinte situação dos saldos existentes no resumo diário da tesouraria referido em epígrafe: -----

- Operações Orçamentais: 343.190,43€ (trezentos e quarenta e três mil cento e noventa euros e quarenta e três cêntimos).-----

- Operações não Orçamentais: 721.193,63€ (setecentos e vinte e um mil cento e noventa e três euros e sessenta e três cêntimos).-----

DELIBERAÇÃO N.º 76/20 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO: -----

A Câmara Municipal deliberou o seguinte: -----

1 - Tomar conhecimento dos pagamentos efetuados por deliberação da Câmara e por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal e do Sr. Vereador Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço, no período de 04 de fevereiro a 19 de fevereiro de 2020, constantes da relação elaborada pela Secção de Contabilidade, constituída por 6 folhas, a qual importa em 535.353,76€ (quinhentos e trinta e cinco mil trezentos e cinquenta e três euros e setenta e seis cêntimos) de operações orçamentais e em 662,93€ (seiscentos e sessenta e dois euros e noventa e três cêntimos) de operações de tesouraria, a qual se dispensa de ser transcrita, ficando a constituir o anexo II da presente ata depois de ter sido rubricada por todos os membros do Executivo. -----

2 - Tomar conhecimento dos despachos dados pelos Srs. Presidente da Câmara Municipal e Vereador Dr. Francisco José de Matos, em processos de obras e outros que correm seus termos na Secção de Obras e Urbanismo, no período de 05 de fevereiro a 21 de fevereiro de 2020, referidos na relação elaborada por aquela Secção, constante do registo MyDoc nº 2333/2020 que aqui se dá por integralmente reproduzido.-----

3 - Tomar conhecimento dos despachos dados pelos Srs. Presidente da Câmara Municipal e Vereador Eng.º Nuno Filipe Miranda Henriques de Almeida, em processos que correm seus termos na Equipa de Águas, Saneamento e Serviços Urbanos, no período de 04 de fevereiro a 19 de fevereiro de 2020, referidos na relação elaborada por aquela Secção, constante do registo MyDoc nº 2318/2020 que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

4 - Tomar conhecimento de terem sido emitidas as seguintes licenças: Na Secção de Contencioso, Taxas e Licenças, no período de 04 de fevereiro a 19 de fevereiro de 2020: Licença de Eventos na Via Pública (1), Execuções Fiscais (6), Taxa Municipal de Direitos de Passagem (3), Outras Receitas de Capital e Correntes (1), Caução de Palcos e Quermesses (1); Na Secção de Obras e Urbanismo, no período de 05 de fevereiro a 21 de fevereiro de 2020: Licenças de Construção (4 e 5), Licenças de Utilização (6 a 10), Licenças de Legalização (4 e 5); Na Equipa de Águas, Saneamento e Serviços Urbanos, no período de 04 de fevereiro a 19

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****CÂMARA MUNICIPAL**

de fevereiro de 2020: Concessão/Renovação de lugares nas Feiras Nova, Velha e Termas (5) e Licenças de Cemitério (3).-----

5 – Tomar conhecimento dos seguintes autos de medição de empreitadas: -----

Obra n.º	Nome da Empreitada	Empreiteiro	Auto Nº	Valor Auto
Obra n.º 05/2018	Parque Industrial de Pindelo dos Milagres	Gumervias, Ld.ª	17	45.628,00 €
Obra n.º 39/2017	Parque Urbano das Nogueiras	Irmãos Almeida Cabral, Lda.	18	25 223,83 €

6 – Ratificar, por unanimidade, o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 20 de fevereiro, que concedeu licença especial de ruído à União de Freguesias de Santa Cruz da Trapa e S. Cristóvão de Lafões para realização de baile de carnaval; -----

7 – Ratificar, por unanimidade, o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 21 de fevereiro, que isentou a União de Freguesias de Santa Cruz da Trapa e S. Cristóvão de Lafões do pagamento das taxas da licença de ruído para baile de carnaval; -----

8 – Ratificar, por unanimidade, o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 7 de fevereiro que cedeu as instalações Cineteatro Jaime Gralheiro ao IEFPP para realização de ação de divulgação profissional no dia 20 de fevereiro;-----

9 – Ratificar, por unanimidade, o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 19 de fevereiro que cedeu as instalações Cineteatro Jaime Gralheiro ao IEFPP para realização de ação de divulgação profissional no dia 11 de fevereiro;

10 – Ratificar, por unanimidade, o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 10 de fevereiro que concedeu licença especial de ruído à Associação Recreativa e Cultural de Santa Cruz da Trapa para realização de desfile de carnaval.-----

11 – Ratificar, por unanimidade, o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 7 de fevereiro que concedeu licença especial de ruído à Associação Cultural e Recreativa de Negrelos para realização de desfile e baile de carnaval. -----

12 – Ratificar, por unanimidade, o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 5 de fevereiro que cedeu as instalações da ex-escola do 1º CEB de S. Pedro do Sul ao Agrupamento de Escolas de Castro Daire, para realização de processo de RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) de nível básico (correspondente ao 9ºano).-----

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****CÂMARA MUNICIPAL****DELIBERAÇÃO N.º 77/20 - PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE 25 EXEMPLARES DO LIVRO "DESCOBRIR S. PEDRO DO SUL", PARA OFERTA: -----**

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos a favor (dos Srs. Presidente da Câmara Municipal e Vereadores Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço, Dra. Teresa Cristina Castanheira Almeida Sobrinho, Dr. José Manuel da Silva Tavares e Eng. Nuno Filipe Miranda Henriques de Almeida) e um voto contra (do Sr. Vereador Dr. Daniel David Gomes Martins) autorizar a aquisição das publicações em referência, destinadas a oferta como promoção concelhia, pelo valor de 750€ (Setecentos e cinquenta euros), IVA incluído. -----

DELIBERAÇÃO N.º 78/20 - VENDA DE ÁRVORES EM RISCO DE QUEDA JUNTO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL DA PEDREIRA: -----

Analisadas as informações a respeito do assunto referido em epígrafe, constantes do processo 2020/500.10.301/9 que aqui se dá por integralmente reproduzido, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a venda das árvores em causa, através de hasta pública, estabelecendo em 2.500€ (dois mil e quinhentos euros) o seu valor base. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

DIVISÃO ADMINISTRATIVA**DELIBERAÇÃO N.º 79/20 - PEDIDO DE FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO DO CURSO PROFISSIONAL DE TÉCNICO/A COMERCIAL, APRESENTADO PELO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SÃO PEDRO DO SUL: -**

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atender o pedido referido em epígrafe, constante do registo MyDoc nº 2407/2020 que aqui se dá por integralmente reproduzido, assim autorizando o acolhimento de um estagiário no período compreendido entre 15 de junho e 6 de julho. -----

DELIBERAÇÃO N.º 80/20 - PEDIDO DE ACOLHIMENTO DE 3 ALUNOS NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO APRESENTADO PELO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. PEDRO DO SUL: -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atender o pedido referido em epígrafe, constante do registo MyDoc nº 2997/2020 que aqui se dá por integralmente reproduzido, assim autorizando o acolhimento de dois estagiários do curso de operador de informática no período compreendido entre 1 de junho e 17 de julho e um estagiário do curso de técnico de gestão e programação de sistemas informáticos no período de 19 de maio a 30 de junho de 2020. -----

DELIBERAÇÃO N.º 81/20 - PEDIDO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR DA LICENCIATURA DE DIREITO DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA:-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atender o pedido referido em epígrafe, constante do registo MyDoc nº 3277/2020 que aqui se dá por integralmente reproduzido,

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****CÂMARA MUNICIPAL**

assim autorizando o acolhimento de uma estagiária no âmbito da unidade curricular “Trabalho Extracurricular”.-----

DIVISÃO FINANCEIRA**DELIBERAÇÃO N.º 82/20 - PROPOSTA DE ALIENAÇÃO DE ANIMAL DE ESPÉCIE CAPRINA, EM HASTA PÚBLICA: -----**

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal constante do registo MyDoc nº 1574/2020 que aqui se dá por integralmente reproduzido, no sentido de proceder à alienação em hasta pública do animal referido em epígrafe, estabelecendo em 40€ (quarenta euros) o seu valor base.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

DELIBERAÇÃO N.º 83/20 - CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO / LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS NAS ÁREAS DE SANEAMENTO E REDE VIÁRIA - PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO: -----

Analisado o relatório de análise das propostas apresentadas para o efeito referido em epígrafe, constante do registo MyDoc nº 2300/2020 e o qual fica a constituir o Anexo III da presente ata, dela fazendo parte integrante depois de ter sido rubricada por todos os membros do executivo, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o proposto no dito relatório, assim adjudicando a contratação do empréstimo em referência ao Banco BPI, nos termos da sua proposta anexa à carta refª CIP/IMA/C023-20, registada no MyDoc sob o nº 1940/2020 e que aqui também se dá por integralmente reproduzido. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

DELIBERAÇÃO N.º 84/20 - AQUISIÇÃO DE TERRENOS NA FREGUESIA DE SERRAZES, PARA PASSAGEM DE CONDUTA E INSTALAÇÃO DE CAMINHO E CONDUTA ELEVATÓRIA PARA A QUINTA DE VALGODE:-----

Foi presente o relatório de avaliação dos terrenos referidos em epígrafe, elaborado por avaliador da lista oficial do Ministério da Justiça, constante do registo MyDoc nº 2798/2020 que aqui se dá por integralmente reproduzido, tendo a Câmara Municipal deliberado, por unanimidade, concordar com o mesmo, assim autorizando a aquisição de faixa de terreno de 10 metros ao longo do rio Vouga, perfazendo 2.678 m2, pertencente ao prédio rústico “Quinta da Boticária”, no lugar de Frerreiros, inscrito na matriz sob o artigo 2516 de natureza rústica da freguesia de Serrazes, para o efeito identificado em epígrafe, pelo valor de 5.876€ (Cinco mil oitocentos e setenta e seis euros). -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS**DELIBERAÇÃO N.º 85/20 - OBRA N.º 5/2011 - REQUALIFICAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE S. PEDRO DO SUL - RECEÇÃO DEFINITIVA PARCIAL: -----**

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****CÂMARA MUNICIPAL**

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os auto de vistoria para receção definitiva parcial e auto de receção definitiva parcial, respeitantes à empreitada em título e constantes do registo MyDoc nº 2349/2020 que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----
Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

DELIBERAÇÃO N.º 86/20 - OBRA Nº 5/2011 - REQUALIFICAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE S. PEDRO DO SUL - VISTORIA PARA LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO:-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o auto de vistoria para liberação de caução, respeitante à empreitada em título e constante do registo MyDoc nº 2350/2020 que aqui se dá por integralmente reproduzido.-----
Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

EQUIPA DE ÁGUAS, SANEAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

DELIBERAÇÃO N.º 87/20 - RESERVA DE SEPULTURA NO CEMITÉRIO DA CIDADE - PROCESSO Nº 2020/710.20.001/5 - PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES:-----

Analisado o pedido referido em epígrafe e avaliação social efetuada a respeito, constante do registo MyDoc nº 1608/2020 que aqui se dá por integralmente reproduzida, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar o pagamento da importância em dívida, respeitante a inumação de cadáver, em três prestações mensais sucessivas de igual valor, a iniciar em março, sendo que a falta de pagamento de uma delas implicará o vencimento das restantes.-----
Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E AÇÃO SOCIAL

DELIBERAÇÃO N.º 88/20 - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE SALA DA EX-ESCOLA DO 1º CICLO, APRESENTADO PELA SOCIEDADE MUSICAL FILARMÓNICA HARMONIA DE SÃO PEDRO DO SUL: -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido referido em epígrafe, constante do registo MyDoc nº 2657/2020 que aqui se dá por integralmente reproduzido, assim cedendo uma sala da ex-escola do 1º ciclo por um período semanal de 90 minutos.-----

DELIBERAÇÃO N.º 89/20 - DÍVIDAS DE REFEIÇÕES / PROLONGAMENTO DO ANO LETIVO DE 2019/2020 - RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO Nº 22/20, DE 23 DE JANEIRO: -----

Analisada a informação constante do registo MyDoc nº 167/2020, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retificar o lapso de omissão na deliberação referida e em aditamento à mesma, determinar que sejam anuladas também as dívidas pendentes referentes ao ano letivo de 2019/2020 para o aluno identificado naquela informação, isentando-o também do pagamento para o resto do corrente ano letivo.-----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

DELIBERAÇÃO N.º 90/20 - PEDIDOS DE CEDÊNCIA DO CINETEATRO JAIME GRALHEIRO APRESENTADOS PELO IEPF - INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir os pedidos referidos em epígrafe, constantes dos registos MyDoc nºs 3193 e 3109, ambos de 2020, assim cedendo ao IEPF as instalações do Cineteatro Jaime Gralheiro para os dias 5 e 31 de março para ação de divulgação de oferta de emprego e sobre as formas de prestação de serviço militar e ingresso no Exército Português, respetivamente. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: Nesta altura, quando eram 14h55m, nada mais havendo a tratar, deu-se a presente reunião por encerrada, dela para tudo constar, se lavrando a presente ata que vai ser assinada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, pela Chefe da Divisão Administrativa, Dr.^a Ana Teresa Soares de Melo Camarate de Campos Seia de Matos e por mim, António Miguel Perdigoto Girão, Técnico Superior. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA,

O TÉCNICO SUPERIOR,